

22/02/2018 - ANO IV - Nº 102 - ascom@jfse.jus.br



Leilão

Nos dias 26 de fevereiro e 12 de março de 2019, a partir das 10h, a JFSE realizará leilão judicial unificado, abrangendo lotes oriundos da 1ª, 2ª, 4ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Federais. O leilão acontecerá no Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral. Entre os bens ofertados, podem-se citar fazendas, prédios comerciais e residenciais, apartamentos, veículos automotores etc. O primeiro leilão, que acontece no dia 26 de fevereiro, será por preço igual ou acima do valor da avaliação, enquanto que no dia 12 de março será por qualquer preço, desde que não seja considerado preço vil pelo Juízo, observado o lance mínimo de 60% do valor da avaliação.

Inspeção

No período de 18 a 22 de março, a 2ª Vara Federal de Sergipe passará por inspeção nos livros, autos e serviços a cargo da sua Secretaria. Durante esse período, será suspenso o atendimento externo, ficam suspensos os prazos processuais e sua respectiva contagem. A inspeção será realizada das 9h às 18h, nas dependências da 2ª Vara. Durante o período da inspeção, não se interromperá a distribuição, não serão realizadas audiências e não haverá expediente destinado às partes. Serão apreciados pelo magistrado somente os pedidos, ações, procedimentos e medidas destinadas a evitar perecimento de direito ou assegurar a liberdade de locomoção.



Tartarugas

A juíza titular da 1ª Vara Federal de Sergipe, Telma Maria Santos Machado, deferiu medida liminar a fim de salvaguardar as espécies de tartarugas marinhas que desovam e nascem na faixa costeira do Município de Pirambu, especificamente no espaço de 2km localizado entre a foz do Rio Japarutuba e a Reserva Biológica de Santa Isabel. A medida tem como objetivo proteger o ciclo reprodutivo das tartarugas marinhas, visto que foi constatada a mortalidade de filhotes em função da desorientação causada por fontes luminosas inadequadas na localidade.

Justiça em Números

Magistrados, membros e servidores dos órgãos que compõem o sistema de Justiça e outros da administração pública, advogados e cidadãos têm mais prazo para contribuir com a consulta pública aberta sobre o novo Selo Justiça em Números. As sugestões serão recebidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o dia 14 de março. O formulário de sugestão e a minuta da portaria que definirá o novo regulamento podem ser acessados no Portal do CNJ. Com o novo formato, a produção de estatísticas estará associada aos resultados obtidos pelo tribunal ao longo do ano em termos da gestão jurisdicional e administrativa. Para tanto, a pontuação será segmentada em três eixos temáticos: Governança; Produtividade e Qualidade; e Transparência da Informação.

Conciliação

A partir deste ano, as disciplinas que versem sobre conciliação, mediação e arbitragem passam a ser matérias obrigatórias nas grades curriculares dos cursos de Direito de todo o país, segundo a Resolução CNE/CES n. 5/2018, oriunda do Parecer nº 635/2018, homologado pela Portaria nº 1.351/2018 do MEC. A medida atende a uma provocação conjunta do CNJ e do Conselho Federal da OAB.



FELIZ
ANIVERSÁRIO

22/02: Joanna M. de Oliveira (3ª Vara)
23/02: Carlos Magno de A. Melo (4ª Vara)
29/02: Plínio Marcos Prudente Rocha (6ª Vara)